

DECRETO DA PRESIDÊNCIA Nº 22 DE 10 DE MARÇO DE 2014

REGISTRO DE PUBLICAÇÃO

oi afixado no quadro mural desta Câmara Municipal Local destinado as publicações dos atos do município de acordo com o Decreto nº 06/96 no período de 10/03/14 a 10/04/14
Campinápolis-MT 10/03 de 14

Responsável

DETERMINA PROVIDÊNCIAS AOS SETORES CONTÁBIL E DE DIVISÃO DE PESSOAL PARA ADEQUAR O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 987/2012 ATÉ O FIM DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDSON INÁCIO TOMÉ, Presidente da Câmara Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica e o Regimento Interno, faz saber que:

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 987/2012, que fixa o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO que com o início do ano de 2014 inicia-se um novo exercício financeiro;

CONSIDERANDO que a LOA 2014 aumentou o valor do duodécimo a ser repassado para a Câmara Municipal;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal possui o prazo legal de até o final do primeiro quadrimestre do exercício financeiro para apurar os limites orçamentários e adotar as medidas para equilíbrio das contas públicas;

DECRETA

Art. 1º - Fica determinado ao Setor Contábil e ao Setor de Divisão de Pessoal desta Casa de Leis a adoção de medidas que visem adequar o subsídio dos Vereadores aos valores constantes na Lei Municipal nº 987/2012.

Parágrafo único – O pagamento dos subsídios de acordo com o texto da lei mencionada no "caput" será realizado até o final do primeiro quadrimestre do exercício financeiro.

Art. 2º - Com o fechamento do primeiro quadrimestre do exercício financeiro deverá ser elaborado pelo Setor Contábil uma projeção dos limites orçamentários para o atual exercício financeiro a fim de apurar a obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal.

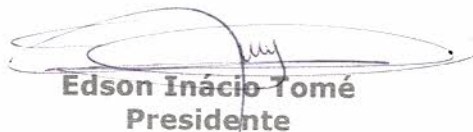
§ 1º - Em caso de extrapolamento dos limites orçamentários, deverá ser encaminhado juntamente com a projeção, um estudo apurando qual deverá ser a remuneração a ser aplicada ao subsídio dos Vereadores para o exercício de 2014.

§ 2º - Para apuração dos referidos índices deverá ser calculado o impacto na Folha de Pagamento da Casa no que se refere à Revisão insculpida no art. 37, X, da Constituição Federal.

Art. 3º - Após a entrega dos referidos estudos a serem elaborados pelo Setor Contábil, deverão os mesmos serem encaminhados à Mesa Diretora desta Casa de Leis para analisar a necessidade de se propor Projeto de Lei a fim de adequar o limite orçamentário para Despesas de Pagamento de Pessoal.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 18/2013.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal
Campinápolis-MT, 10 de Março de
2014.


Edson Inácio Tomé
Presidente

Registro 22
Livro 01
Folha 18
Data 10.03.2014


Responsável